

## TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS: TRAJETÓRIA, ABORDAGENS E PERSPECTIVAS

Davi Félix Schreiner<sup>1</sup>

A tessitura de um balanço da trajetória e da produção historiográfica de uma linha de pesquisa de um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* não é tarefa fácil. A linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” (LTMS), do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, da Unioeste, não obstante ainda jovem, com apenas dez anos de existência, revela uma multiplicidade, riqueza, diversidade e volume de produção acadêmica significativa e consistente. Há também um expressivo diálogo crítico acumulado, refazendo-se em termos teórico-metodológicos na formulação de problemas de pesquisa e suas abordagens, que se movem em aproximações e, ao mesmo tempo, permeadas pela diversidade entre si. Este artigo, nessa direção, não pretende dar conta de toda essa configuração, mas de apresentar dimensões da trajetória da LTMS, explicitando temas, projetos de pesquisa, abordagens e perspectivas.

Os significativos avanços e a ação dialógica e crítica dos orientadores e pesquisadores da LTMS impõem, em primeiro lugar, um olhar para o esforço e o desafio coletivo desses profissionais de implantar o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História em uma universidade com inúmeros desafios a enfrentar, como a melhoria das condições de trabalho, a ampliação da infraestrutura e, diante da rotineira escassez, a obtenção dos recursos necessários à pesquisa. Inúmeras foram as conquistas, todavia estão atualmente ameaçadas pela conjuntura socioeconômica e política do país e pelas ações governamentais em relação ao ensino superior público. Há que se destacar, nesse contexto, o compromisso dos professores e dos orientadores da linha com a excelência do ensino e da pesquisa em História, em uma instituição pública, compromisso esse amalgamado ao desafio de fortalecê-la.

---

<sup>1</sup> É professor Associado (Nível D) da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), atuando na Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais.

A constituição da linha de pesquisa se fez a partir das discussões que resultaram no projeto do Curso de Mestrado, aprovado pela CAPES em 2005, e implantado em 2006. Atualmente, o PPGH também oferta o Curso de Doutorado, que iniciou suas atividades em 2015 e hoje conta com 20 doutorandos e 47 mestrandos, dos quais sendo 7 doutorandos e 12 mestrandos que cursam na LTMS. Inicialmente compuseram o corpo docente os professores Dr. Antônio de Pádua Bosi, Dr. Davi Félix Schreiner, Dr. Rinaldo Varussa e Dr. Robson Laverdi. Em 2007, ingressou a professora Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e, em 2011, o Dr. Vagner Moreira. As docentes Dra. Aparecida Darc de Souza e a Dra. Sheille Soares de Freitas em 2015.

A formação dessa linha de pesquisa se assentou nas experiências de pesquisa, orientação e produção desses mencionados docentes e as suas investigações pelas perspectivas abertas pelo eixo temático “Trabalho e Movimentos Sociais”. Nesse âmbito, os projetos de docentes e de orientandos se concentram, majoritariamente, em “[...] processos históricos transcorridos no Brasil e na América Latina, no que se refere às diversas práticas dos sujeitos, coletivos e individuais, em suas diversas articulações com o social, na produção e transformação das relações de trabalho e das instituições”. Assim, os objetos de pesquisa se concentram, em especial, sobre “[...] as organizações partidárias e sindicais, as práticas cotidianas dos trabalhadores, no campo e na cidade, e as construções de sentidos e significados por e sobre esses sujeitos, enquanto uma prática social, na historiografia e nas memórias” (PPGH, 2015).

Essa concepção foi reafirmada no projeto do Curso de Doutorado, encaminhado e aprovado pela Capes em 2014, denotando que a perspectiva, alinhavada na elaboração do projeto do Curso de Mestrado, não foi apenas consistente, mas importante do ponto de vista das possibilidades de pesquisa e sua contribuição para a historiografia.

Tal assertiva entrelaçou, no ofício destes historiadores e nos resultados de seus estudos, de modo dinâmico, o fazer-se da História, propiciando maior visibilidade a certos temas – entre os quais as experiências, a ação política, os modos de vida de trabalhadores do campo e da cidade –, aos quais não se tinha dado atenção ou que tinham pouca presença na historiografia. Esse caminho se fez mediante o compromisso sócio-histórico e a luta política, demarcada pelas diferenças, num contexto dimensionado pela luta de classes

(RIBEIRO; SCHREINER, 2007), possibilitando, assim, a desconstrução de memórias hegemônicas.

Em outros termos, como salienta Déa Ribeiro Fenelon, numa avaliação de trabalhos dos pesquisadores da linha e de três outros com os quais se manteve, ao longo dos anos, um profícuo diálogo, reunidos na obra “Mundos dos Trabalhadores, Lutas e Projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea”<sup>2</sup>:

Desconstruir o campo da historiografia estabelecida, trazendo à tona outros temas, com o objetivo de dar lugar a novos sujeitos, sempre excluídos do reconhecimento de sua presença e de sua ação política e social, ao longo da História, não é e nunca foi tarefa fácil. Na verdade, é um dos mais férteis caminhos possíveis para quem considera a pesquisa e o ensino de História como importante instrumento na formação do cidadão, para o agora e para o futuro, cidadãos conscientes de seu fazer histórico, de seu direito à memória e de seu lugar na História (VARUSSA, 2009: 7).

Essa condição exigiu cotidianamente, como afirma a historiadora, o desafio de lidar com temas e fontes diversas, fontes “[...] que nem sempre foram consideradas dignas de se fazer presentes na História e na Memória, embora estando lá, incomodando aos que sempre *consideraram apenas os dominantes como aqueles que fazem História*” (VARUSSA, 2009: 7). Um olhar sobre o conjunto da produção dos pesquisadores da LTMS e seus orientandos evidencia a utilização, em grande medida, de fontes orais nos estudos. No que se refere ao corpo docente, todos, em parte ao menos de suas investigações, utilizaram da fonte oral, não obstante os modos de lidar metodologicamente nem sempre sejam iguais. Como também não abrem mão de utilizar outras fontes, igualmente importantes, entre as quais, a imprensa, dossiês, biografias, legislação trabalhista, dados estatísticos e processos judiciais.

Nessa esteira, o necessário debate crítico das opções metodológicas, dos modos de como dialogar com as fontes e de lidar com temas diversificados de pesquisa possibilitou aos pesquisadores da LTMS uma presença na historiografia brasileira, com uma produção consistente. O resultado se mostra vigoroso, com dezenas de orientações e dissertações defendidas, bem como com 9 livros autorais, 34 capítulos de livros e 75 artigos publicados por docentes, pós-graduados. Para além dessa produção, há um número considerável de

---

<sup>2</sup> A obra, organizada por Rinaldo José Varussa, conta com capítulos de Alessandro Portelli, Antônio de Pádua Bosi, Davi F. Schreiner, Paulo Roberto de Almeida, Rinaldo Varussa, Sara I. Gomes Tibes Ribeiro e Yara Aun Khoury.

publicações dos pós-graduados. Um significativo número de mestres, formados pela LTMS, assim como dos 34 mestres formados pelo PPGH, continuaram ou estão cursando doutorado em diferentes instituições do país, parte dos quais, atualmente, doutores. Há que considerar que parte de sua formação se fez por meio de atividades, reformuladas a cada ano, no Laboratório da LTMS e no Laboratório Multidisciplinar de Educação Continuada – LEC<sup>3</sup>, por meio de oficinas de fontes, discussões historiográficas, palestras, minicursos. Atualmente, quase a totalidade dos mestres formados pela LTMS atua nos três níveis de ensino, a maioria no ensino público.

Há que se destacar, ao mesmo tempo, a pluralidade de projetos, temas e fontes de pesquisa utilizadas. Trata-se de estudos sobre o trabalho, os modos de vida dos trabalhadores e suas experiências de trabalho, de resistências e de lutas, os movimentos sociais, o processo de industrialização, a precarização e a intensificação do trabalho no Brasil recente, partindo das percepções, dos significados e dos sentimentos dos trabalhadores acerca de suas vivências em relação aos processos de expropriação e de exploração social no campo e na cidade. Nas páginas que se seguem, em apertada síntese, procuraremos apresentar ao leitor uma parte representativa dessa produção e, assim, oferecer a possibilidade de visualizar a diversidade e a sua importância<sup>4</sup>.

A primeira obra, reunindo capítulos dos docentes das três linhas do PPGH, “História, Poder e Práticas Sociais” (2006), aponta para o esforço coletivo dos docentes em consolidar os primeiros passos do Curso de Mestrado. Nele os docentes Antônio Bosi e Rinaldo José Varussa apontam, a partir de uma abordagem sobre “Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná”, trajetórias e possibilidades de pesquisa. Por sua vez, Davi Schreiner apresenta aos leitores um artigo sobre as reciprocidades horizontais e o coletivo nos movimentos sociais rurais, pontuando os possíveis abertos pelas vivências em tais espaços sociais.

---

<sup>3</sup> Esses Laboratórios também desenvolvem atividades envolvendo alunos do Curso de Graduação em História e projetos de extensão, envolvendo, entre outros, professores da rede pública de ensino da região Oeste e Sudoeste do Paraná.

<sup>4</sup> Para uma visão mais ampla do volume da produção e da multiplicidade de temas abordados pelos docentes, ver Currículo Lattes na Plataforma do CNPq e das dissertações defendidas pelos mestres formados pela LTMS, consultar: <<http://portalpos.unioeste.br/index.php/historia>>.

Fruto de um diálogo sistemático entre historiadores da LTMS e de outras instituições<sup>5</sup>, o “Trabalho e os trabalhadores na contemporaneidade” foi tema abordado em nove capítulos, cujas reflexões se pautam pela identificação com o materialismo histórico. O objeto de estudo são as experiências dos trabalhadores relacionadas ao trabalho, não de modo absoluto, mas como “[...] resultado provisório de relações sociais determinadas historicamente, o que impõe uma tentativa de compreendê-lo para além de sua configuração imediata” (2011, p. 8-9). Assim, são abordadas as experiências de luta dos trabalhadores contra o fechamento da ThyssenKrupp, em Terni, a constituição da identidade dos catadores de recicláveis no Brasil, o contrabando e o trabalho e a organização dos “Barqueiros” na fronteira em Foz do Iguaçu, o trabalho e os trabalhadores ferroviários, memórias sobre fluxos migratórios de trabalhadores, o processo de constituição dos metalúrgicos em Jundiaí e os movimentos sociais.

Como desdobramento das investigações, a questão dos direitos dos trabalhadores urbanos no terreno da Justiça do Trabalho foi abordada por Rinaldo Varussa (2013), e ele com outros membros da LTMS teceram estudos sobre o trabalho e as experiências dos trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná. A abordagem adotada por esses estudos, como observa Antônio Bosi (2014: 10), se contrapõe às interpretações sobre o processo de industrialização como de progresso, por esse processo possibilitar grande “[...] volume de empregos formais e recordes de produção e produtividade”. Para problematizar essa realidade, o referencial elaborado é outro. Ele parte “[...] das percepções e sentimentos dos trabalhadores ocupados nesta cadeia produtiva frente a violentas dinâmicas de expropriação e de acumulação de capital”. Assim, para a compreensão do processo de acumulação do capital e o trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná, foi necessário ampliar a temporalidade estudada, com um retorno aos anos iniciais da segunda metade do século XX (cf. BOSI, 2016; FREITAS; SANTOS, 2014b; 2016).

Nessa direção, como mostram Vagner José Moreira e Lucinéia Fagnani, as empresas agroindustriais contribuem substancialmente para a expansão das relações “[...]”

---

<sup>5</sup> Além da Unioeste (Antônio Bosi, Aparecida Darc de Souza, Rinaldo Varussa e Vagner Moreira), são autores de capítulos: Alessandro Portelli (La Sapienza), Eric G. Cardin (Unesp), Heloísa H. P. Cardoso, Paulo Roberto Almeida, Sérgio Paulo Morais, Túlio Barbosa (UFU), Paulo C. Inácio (UFG).

capitalistas no campo e a concentração do capital em torno do agronegócio e da agroindústria”. Para eles,

Desvencilhar esse processo histórico possibilita compreender os diferentes modos de exploração capitalista do trabalho e da concentração do capital. De maneira geral, estamos pensando a problematização das cooperativas como mais uma prática do capitalismo e suas diversas formas de exploração dos trabalhadores na produção de mais-valia, procurando entender sua instalação no Oeste do Paraná.

[...]

Problematizamos ainda o argumento disseminado no senso comum que afirma o estabelecimento de indústrias, em formas de cooperativas, apenas para agregar valor aos diversos produtos oriundos da produção agropecuária, de uma determinada cadeia produtiva (MOREIRA; FAGNANI, 2014: 179; 180).

Do conjunto da produção sobre as indústrias alimentícias, estudos observam que, embora a avicultura se fizesse presente na região, ela se intensificou a partir dos anos de 1970 por meio de investimentos financeiros, principalmente, de cooperativas agroindustriais. Nesse segmento, milhares de trabalhadores são empregados, exercendo atividades em condições degradantes, para “[...] que este circuito funcione, embora o custo humano pago por cada mulher e homem engrenados nesse mecanismo seja alto [...]”, como bem assevera Antônio Bosi sobre a produção de carne de frango no Oeste do Paraná. Analisando os resultados a que chegaram diversas pesquisas, observa:

Esses trabalhadores realizam movimentos intensificados e repetitivos que os expõem a graves e frequentes lesões físicas, algumas irreversíveis. Os salários geralmente não ultrapassam o mínimo estadual, e ainda são corroídos por itens compulsórios como as despesas com transporte e alimentação, a contribuição para os sindicatos atrelados ao patronato e a mensalidade da associação recreativa. A sociabilidade é dramaticamente reduzida devido aos turnos trabalhados. Quase não se veem os amigos e a família. Como disse uma trabalhadora, “*quando saímos do frigorífico não temos força para mais nada*” (BOSI, 2014: 9).

Nessa direção, o adoecimento dos trabalhadores nos frigoríficos como narrado por eles em entrevistas orais, mostra não apenas as precárias condições de trabalho, mas os seus resultados para a saúde dos trabalhadores, como evidencia a expressão “Eu trabalhava com dor”, no título de uma das obras de Rinaldo Varussa (2016).

Um olhar de como são significados pela imprensa os trabalhadores e a agroindústria no Oeste do Paraná, esse olhar também traz à tona contradições do processo de expansão da

indústria de alimentos. Em investigações realizadas no âmbito do projeto “Memórias e Experiências de Trabalhadores no Oeste do Paraná”, coordenado pela professora Aparecida Darc de Souza (2015), aparece a imagem, elaborada pela imprensa local e pelos representantes do poder público, sobre a expansão desse segmento de produção. Ela é positiva, vista como sinônimo de crescimento e de desenvolvimento econômico e como meio pelo qual a população da região teria a possibilidade de ascender socialmente, com a melhoria de suas condições de vida. Diferentemente, porém, as vivências na indústria explicitam questões que a imprensa ignora ou às quais não confere nenhuma atenção.

[...] muito pouco espaço tem sido reservado para discutir a situação dos trabalhadores, especialmente aqueles ligados aos frigoríficos. Embora os frigoríficos sejam reconhecidos como um setor caracterizado pelo alto índice de adoecimento que causa entre os operários, a imprensa local insiste em difundir matérias que promovem o trabalho dentro dos frigoríficos (SOUZA; GUGLIELMI, 2014: 31).

A imagem bastante positiva acerca do agronegócio e da agroindústria contrapõe-se e se desfaz na medida em que se observam os salários praticados pelo empresariado e se analisam as precárias condições de trabalho às quais estão submetidos os trabalhadores. Nesse sentido, Rinaldo Varussa, assim se expressa:

[...] a partir de narrativas orais de trabalhadores das indústrias alimentícias busca “identificar e interpretar regimes de trabalho bastante semelhantes aos encontrados entre trabalhadores volantes na agricultura: contratações diárias e sazonais (com base nas demandas das empresas), intermediadas por um agente (“gato”) que define a jornada de trabalho e salários com os trabalhadores, desassistidos de um conjunto de direitos estabelecidos pela legislação trabalhista brasileira (VARUSSA, 2014: 169).

Para o autor, se, de um lado, tal flexibilidade adotada pelo empresariado, com a contratação “[...] de trabalhadores temporários e sub-remuneração da hora extra aos empregados permanentes [...]” constitui um meio de diminuir as incertezas, de outro lado, para os “[...] trabalhadores, por sua vez, este expediente do regime de trabalho lhes transferia a incerteza do experimento. Afinal, flexível e 'flexibilidade' eram eles” (VARUSSA, 2014: 176).

A “Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente”, assunto abordado sob a ótica da questão de “como os trabalhadores interpretam as mudanças que atingem o trabalho?”, por Antônio Bosi, por sua vez, mostra que à sobrevivência que é buscada pelos trabalhadores são impostas múltiplas pressões. Diferentemente de como se poderia supor, a

ação política dos trabalhadores nem sempre é orientada por partidos e sindicatos<sup>6</sup>, ou, nas palavras do autor, de “[...] ousados projetos políticos [...], senão o desejo – entendido como direito – de se fixarem no mundo pelo suor de seu próprio trabalho”. É a partir dessa constatação “[...] que se tenta descer das grandes abstrações como ‘capital’, ‘trabalho’, ‘dominação’, ‘resistência’, para a dimensão vivida dos trabalhadores sobre a vida, seus dilemas e sentimentos” (BOSI, 2011: 10)<sup>7</sup>.

Ao mesmo tempo, há que se considerar que essa condição social e política se fez no processo de reorganização das relações de trabalho na agropecuária no Oeste do Paraná. Sob a hegemonia do agronegócio, articulado, em grande medida, ao processo de produção e agroindustrialização, a organização do trabalho ganhou novas formas, ritmos próprios, na produção industrial de frangos, permeada por modos de viver e de lutar (MOREIRA, 2016).

A questão agrária brasileira, os movimentos sociais e as experiências cotidianas e de luta pela terra dos trabalhadores rurais, a partir de diferentes recortes temáticos, problemas, fontes de pesquisa e abordagens, tem sido o foco de investigação. Um olhar sobre a reforma agrária no campo do Direito, objetivando o estudo da função social da propriedade fundiária na História do Direito Agrário Brasileiro, nos mostra que a legislação agrária é anterior ao Código Civil no Brasil, de 1916. É anterior a legislação agrária. A lei agrária é de 1850, denominada de Lei de Terras. Com ela e a legislação posterior, o capital se preocupou com o domínio sobre a terra e o que dela poderia tirar para se reproduzir. Tem-se, na legislação, o domínio absoluto da terra para usar e, inclusive, para não usar, ou seja, para a especulação. Tal premissa ainda prepondera, não obstante as mudanças obtidas na Constituição de 1988. Ou seja, o Estado, por meio da elaboração de leis, atuou historicamente em favor do capital.

Tal fato não impediu que os trabalhadores, entre os quais pequenos posseiros, por meio de processos judiciais, buscassem defender seus interesses e conquistar a terra, como bem aponta Márcia Menendes Motta (1998), ao analisar os conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX. Também não tem impedido de os trabalhadores sem-terra passarem por cima do

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto, ver também Varussa (2012).

<sup>7</sup> A análise do trabalho em frigoríficos ensejou um estudo comparativo entre frigoríficos nos Estados Unidos e no Brasil. Para tanto, ver Bosi (2014).

medo e desrespeitarem as leis, e coletivamente promover ocupações, para conquistarem o assentamento. Trata-se de uma ação de ruptura momentânea da legalidade e de um instrumento político de pressão para exigir a desapropriação de propriedades que não cumprem com sua função social. E, em outros momentos e demandas, de atuarem no campo jurídico para a garantir direitos (SCHREINER, 2015).

A atuação do Estado, permeado por interesses privados, o modelo agrário adotado, bem como a grilagem de terras, foram elementos que produziram, historicamente, de maneira preponderante, a concentração da propriedade da terra, a exploração dos trabalhadores e a exclusão de milhares de suas terras ou das que ocupavam por direito. A repressão e a criminalização dos movimentos sociais e a luta dos trabalhadores fazem parte desse contexto, como mostra Vagner José Moreira (2011; 2013), ao problematizar movimentos sociais em São Paulo, em especial o “Levante Comunista de Fernandópolis-SP, 1949”. As experiências desses trabalhadores, e de outros, em tempos e espaços sociais diversos, como as dos sem-terra no MST e dos desapropriados pela construção de usinas hidrelétricas, abrem a perspectiva de compreender e explicitar melhor as dimensões e as contradições da questão agrária brasileira, desconstruindo visões e representações sociais estereotipadas acerca dos trabalhadores e dos movimentos sociais no campo.

Nesse terreno movediço, os temas dos estudos centraram-se na problemática de como os diferentes trabalhadores do campo (posseiros, arrendatários, pequenos posseiros, agricultores familiares, assalariados, entre outros) vivenciaram as relações sociais conflituosas e contraditórias, que permeiam as transformações nesse espaço, e como interpretam e atribuem sentidos e significados às suas experiências, individuais e coletivas.

Estudos sobre os assentados rurais mostram que, após a conquista da terra, esses assentados passam a configurar ambiências: espaços sociais e de produção material da vida onde afloram pluralidade e heterogeneidade permeadas pelas relações de poder, por teias de contradições e de conflitos em torno de hábitos, valores e tradições.

Em tais espaços evidenciam-se tanto as contradições de classe como as inerentes à formação da categoria social de assentados. As relações sociais, nos assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos Reassentamentos vinculados ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), não são homogêneas. Na luta pela terra, nos acampamentos e nos assentamentos, os modos de conceber a formação

de novas territorialidades não se fazem sem diálogos, disputas e conflitos (SCHREINER, 2013).

Os conflitos e as contradições permeiam a vida cotidiana nesses espaços sociais, nos projetos de organização social da produção e de vida comunitária, nas propostas de cooperação bem como de coletivização da terra e do trabalho, além da produção agroecológica, da educação do e para o campo, diante da necessidade de continuar a luta pela reforma agrária. Revelam também que é preciso superar práticas autoritárias e de subordinação política no interior dos movimentos, na relação entre lideranças e os acampados ou assentados, como uma das condições para uma nova qualidade de vida individual e coletiva, alicerçada nas diferentes formas de reciprocidade horizontal, na democracia e na cooperação (SCHREINER, 2015).

As pesquisas realizadas pautam-se por uma abordagem que operacionaliza a noção de cultura como inseparável da experiência, como um processo social constitutivo, que cria "modos de vida" específicos e diferentes, que só podem ser entendidos se rompida a dicotomia entre cultura e vida material (THOMPSON, 1984; WILLIAMS, 1979). Explicita-se, assim, a partir das narrativas dos trabalhadores, um amálgama entre trajetórias individuais e experiências sociais coletivas e, ou, em movimentos sociais e as memórias.

O aprofundamento teórico-metodológico sobre ações de trabalhadores pelo território brasileiro é objetivado pela docente Sheille Soares de Freitas, como modo de investigar modos de viver e trabalhar no campo e na cidade. Tal perspectiva busca evidenciar “[...] relações de poder, permeadas por pressões e tensões sociais, vivenciadas na contemporaneidade [...]”, desdobrando-se em reflexões sobre como compreender as vivências dos trabalhadores, as relações de poder e as territorialidades produzidas na cidade e no campo. E, ao mesmo tempo, o percurso busca “[...] sistematizar tensões sociais evidenciadas na presença de trabalhadores em transformações da sociedade brasileira no séc. XX e XXI [...]”, a partir das memórias e das linguagens. Tais perspectivas se consubstanciam em dois projetos: “Trajetórias de trabalhadores e tensões sociais: memórias e linguagens em discussão” (2016) e “Narrativas e narradores em relações de poder: trabalhadores, territorialidades e tensões sociais na contemporaneidade” (2015). Tais

projetos<sup>8</sup> se constituíram como problemáticas no bojo e no desdobramento de trabalhos anteriores (FREITAS; SANTOS, 2014a, b, c, d).

A trajetória da LTMS, em grande medida explicitada pela produção acadêmica, tecida pela riqueza do diálogo, movida por concordâncias, aproximações e divergências salutares, nos fizeram refazer posições ou as reafirmar, e assim avançamos nas proposições e no desenvolvimento dos nossos projetos de pesquisa. Este é o caminho, parafraseando Heloísa Helena Pacheco Cardoso (2011), que, “[...] ao nos levar a refazer nossas interpretações sobre o social, a cultura, o trabalho [...]”, os trabalhadores e os movimentos e as organizações sociais do campo e da cidade, “[...] para a compreensão das transformações, cada vez mais aceleradas, do mundo capitalista em que vivemos [...]”, nos possibilita o modo de intervir politicamente na sociedade.

O acima afirmado nos leva à questão elaborada por James C. Scott (2013: 18): “[...] como podemos estudar as relações de poder, quando os oprimidos são tantas vezes obrigados a adotar uma atitude estratégica diante dos poderosos e quando estes têm, por sua vez, todo o interesse em exagerar a sua reputação e poder?”. O que nos instiga a perspectivar não apenas como se constituem as diversas formas de dominação, de dissimulação e poder entre as classes dominantes, mas também os modos como se constituem as resistências, que levam às contestações individuais e, ou, dos grupos sujeitos à dominação social, sem perder de vista as diferenças, os domínios e as estratégias em seu interior. Espaço este denominado pelo autor de “a infrapolítica dos grupos subordinados”.

### Referências bibliográficas

BOSI, Antônio. *Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente: ensaios sobre o mundo dos trabalhadores (1980-2000)*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2011.

\_\_\_\_\_. Uma história social comparada do trabalho em frigoríficos: Estados Unidos e Brasil (1880-1970). *História & Perspectivas*, v. 51, p. 277-311, 2014.

\_\_\_\_\_. Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 a 2010. *História Unisinos*, v. 20, p. 95-106, 2016.

---

<sup>8</sup> Cf. descrição dos projetos em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4766087T2>>.

BOSI, Antônio; VARUSSA, Rinaldo. *Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2011.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores no Oeste do Paraná: trajetórias de pesquisa. In: PPGH. *História, poder e práticas sociais*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2006.

CARDOSO, Heloísa H. P. Trabalhadores e movimentos sociais: debates na produção contemporânea. In: *Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2011. p. 99-116.

FENELON, Déa R. Apresentação. In: VARUSSA, Rinaldo J. *Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009.

FREITAS, Sheille S. de; SANTOS, Carlos M. de S. Campos de vida em terras pulverizadas: imagens de transformações na experiência social de trabalhadores e proprietários rurais - Oeste do Paraná na segunda metade do século XX. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 234-258, 2014a.

\_\_\_\_\_. Entre pretensões e percalços agroindustriais: Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI. *Caminhos da História*, v. 19, n. 2, p. 97-118, 2014b.

\_\_\_\_\_. Laços de violência em vínculos classistas: trabalhadores rurais na porção Oeste do Paraná - Segunda metade do século XX. *História & Perspectivas*, v. 28, p. 219-248, 2014c.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores rurais e senhores de terra: nos campos da agroindustrialização - Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI. *Antíteses* (UEL), v. 7, p. 394-416, 2014d.

\_\_\_\_\_. Entre colonos e trabalhadores: produção rendeira e assalariamento no Oeste do Paraná (segunda metade do século XX e início do século XXI). In: PRIORI, Ângelo (org.). *História do Paraná: novos caminhos e novas abordagens*. Curitiba: CRV, 2016, p. 187-214.

MOREIRA, Vagner J. O presente e o passado na história da criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais de Fernandópolis. *Revista História & Luta de Classes*, v. 11, p. 32-37, 2011.

MOREIRA, Vagner J. et. al. (orgs.) *Noroeste Paulista: práticas e movimentos sociais, trabalhadores e experiências*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

\_\_\_\_\_. Agronegócio, trabalhadores rurais, sindicalismo: avicultura no Oeste do Paraná, 1970-2013. *História & Perspectivas*, v. 55, p. 243-270, 2016.

MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

DAVI FÉLIX SCHREINER

PPGH. *Projeto político-pedagógico do Programa de Pós-Graduação em História*. Unioeste, 2015.

RIBEIRO, Sarah I. G. T. R.; SCHREINER, Davi F. Razão e sensibilidade: olhares sobre viver, trabalhar, lutar no Oeste do Paraná. *Revista Tempos Históricos*, v. 11, 2007.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão social e a utopia: um estudo sobre assentados rurais*. Curitiba, PR: CRV, 2015.

\_\_\_\_. Terra, territorialidades e conflitos. *Diálogos (UEM)*, v. 17, p. 69-103, 2013.

\_\_\_\_. O vivido e os possíveis: as reciprocidades horizontais e o coletivo nos movimentos sociais. In: PPGH. *História, poder e práticas sociais*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2006.

SOUZA, Aparecida D. de S. *Memórias e experiências de trabalhadores no Oeste do Paraná*. Unioeste: CNPQ/Currículo Lattes, 2015. Projeto.

SOUZA, Aparecida D.; PEREIRA, Fagner. *Trabalhadores, imprensa e agroindústria no Oeste do Paraná: as contradições do processo de expansão da indústria de alimentos em Marechal Cândido Rondon*. In: BOSI, Antônio (org.). *Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 31-38.

THOMPSON, E. P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1984.

VARUSSA, Rinaldo J. Sindicalismo e trabalhadores em cooperativas no Oeste do Paraná (décadas de 1990 e 2000). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, p. 163-177, 2012.

\_\_\_\_. Construindo direitos: os trabalhadores e a Justiça do Trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, p. 371-374, 2013.

\_\_\_\_. Pioneiros da flexibilização e os boias-frias da indústria: Oeste do Paraná, década de 1980. In: BOSI, Antônio (org.). *Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 167-177.

\_\_\_\_. *Eu trabalhava com dor: trabalho e adoecimento nos frigoríficos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.